

**12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO**

**AUDIÇÃO 68-CCCJD-XV**

9 de janeiro 2024

(11:30-13:30)

**Ordem do dia:** Audição urgente, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o desrespeito pelos trabalhadores do Global Media Group.

**Membros do Governo Ouvidos:**

Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho

Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Muito bom dia a todas e todos Srs. Deputados.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

Cumprimento especialmente a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, que se junta a nós na terceira audição, nesta reunião conjunta da 12.<sup>a</sup> Comissão com a 10.<sup>a</sup> Comissão. Cumprimento igualmente o meu colega Luís Graça.

Começamos pela audição, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda, sobre a situação dos trabalhadores do Global Media Group (GMG).

Passo, antes de mais, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Secretário de Estado, o objeto do nosso requerimento é conhecido, mas como é natural irei começar por centrar-me nas áreas da responsabilidade da Sr.<sup>a</sup> Ministra relativamente a esta questão, uma vez que nos suscita, de facto, grande preocupação e apreensão a perspetiva que está colocada em cima da mesa e a intenção por parte do Grupo Global Media de despedir cerca de 200 trabalhadores.

Segundo os dados que nos foram transmitidos nas diversas audições que temos estado a fazer no âmbito da Comissão de Cultura, estamos a falar de um Grupo que já chegou a ter mais de 1000 trabalhadores e que neste

momento terá pouco mais de 500. A intenção de despedir 200 trabalhadores do Grupo significa, portanto, reduzir o seu número em mais de um terço.

Naturalmente, isto tem implicações no plano dos diversos órgãos de comunicação social que integram o Grupo, nomeadamente no que diz respeito à qualidade, ao rigor, à independência e à pluralidade da informação, mas há uma questão de grande preocupação que se prende com os direitos dos trabalhadores do Grupo Global Media.

A primeira questão prende-se com a necessidade de salvaguardar todos estes postos de trabalho. Das diversas audições que se realizaram, resulta consensual o entendimento de que tem havido um caminho de redução das redações e que não é possível reduzir mais. Entende-se, aliás, pelo contrário, que o necessário seria reforçar o número de trabalhadores nos diversos órgãos de comunicação social.

Portanto, a primeira questão que gostaria de colocar é a de saber qual tem sido o acompanhamento por parte do Governo, nomeadamente através da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), qual tem sido a sua intervenção e o que pretende fazer para salvaguardar estes postos de trabalho, para impedir a sua destruição e para garantir a todos estes trabalhadores a continuidade dos seus postos de trabalho.

O segundo conjunto de questões, também relacionado com o quadro dos trabalhadores, prende-se com o seguinte: o salário do mês de dezembro está por pagar e o subsídio de Natal está por pagar — aliás, foi proposto por parte da administração da empresa o seu pagamento por duodécimos ao longo do ano 2024, o que não é permitido por lei. Além disso, houve atrasos no pagamento dos salários nos últimos meses, sendo que os trabalhadores que estão com recibos verdes não recebem o seu salário desde outubro, pelo que

há uma questão de incumprimento dos direitos dos trabalhadores uma vez que os mesmos não estão a ser assegurados pela administração da empresa.

Ao abrigo do quadro legal em vigor, naturalmente, há aqui também uma intervenção por parte do Governo no sentido de salvaguardar os direitos destes trabalhadores.

Têm sido partilhadas connosco por parte dos trabalhadores as dificuldades que atravessam, designadamente situações em que ambos os membros de uma mesma família trabalham na empresa, o que evidentemente cria dificuldades acrescidas.

Estamos a falar igualmente de muitas circunstâncias, nesta área da comunicação social, em que proliferam baixos salários, sendo esta uma dificuldade sentida por parte dos trabalhadores.

Portanto estas são questões relativamente às quais o Governo não pode «sacudir a água do capote» tendo, no quadro dos instrumentos que tem ao seu dispor, de intervir para garantir que os direitos destes trabalhadores são assegurados e são respeitados por parte da administração da empresa.

Saliento que os trabalhadores têm um dia de greve marcado para amanhã. Já temos referido esta informação, mas queremos que fique expressa nesta audição não só a nossa solidariedade, mas também o trabalho que temos procurado fazer intervindo sobre estas matérias no sentido de salvaguardar os direitos destes trabalhadores, que são questões que consideramos cruciais neste momento.

Há ainda um conjunto de outras preocupações que dizem respeito a matérias relacionadas com tutela da comunicação social, por isso está igualmente prevista uma audição com o Ministro da Cultura.

Em suma, as questões centrais que, neste momento, gostaríamos de dirigir à Sr.<sup>a</sup> Ministra são: como é que está a acompanhar esta situação? Que

diligências é que o Governo já tomou? Que diligências é que pretende vir a tomar, isto é, que intervenção, que atuação vai levar a cabo para salvaguardar não só os postos de trabalho, mas para garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, assegurando o pagamento dos salários que são devidos, bem como do subsídio de Natal.

Estas são questões da maior importância neste momento, pelo que gostaríamos de perceber da parte do Governo o que está a ser feito em relação às mesmas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Graça, na qualidade de Presidente da 12.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento-a, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Meireles, na qualidade de Presidente da 10.<sup>a</sup> Comissão, tal como cumprimento todos as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, pedindo-vos desculpa por estarmos a trabalhar hoje com uma grelha que não é habitualmente a vossa, mas, sim, a nossa. Isto resulta do facto de este tema estar a ser seguido já há algumas semanas pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, portanto, neste sentido, quero agradecer a vossa tolerância.

Cumprimento ainda a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes.

Posto isto, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, para a sua intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, também requerente desta audição.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, os motivos do requerimento são conhecidos e a situação na Global Media é conhecida.

A luta destes trabalhadores e o facto de esta gestão ter sido arrogante, violenta e agressiva o suficiente para fazer, através dos trabalhadores, uma desvalorização ativa do Grupo, provavelmente, é aquela que nos vai levar a chegar a conclusões até sobre outros negócios que estão envolvidos no Grupo. Tudo isso se deve à forma absolutamente brutal e inacreditável como os trabalhadores se transformaram numa vítima e até num bode expiatório dos vários problemas e da guerra de acionistas que este Grupo está a viver.

Lembro que não estamos perante um caso normal de um grupo de comunicação social que por razões de mercado vai à falência, o que já seria preocupante tratando-se de um grupo com a dimensão do Global Media Group.

Estamos a falar de um grupo relativamente ao qual há suspeitas de descapitalização, de gestão danosa e de um conjunto de ações que podem levar à sua destruição ativa. É isso que torna a situação preocupante e que torna a responsabilidade do Estado particularmente importante.

Nos últimos meses, como é conhecido, a administração tem vindo a utilizar meios de intimidação dos trabalhadores de forma cada vez mais acelerada. Ou seja, primeiro ameaçou com o anúncio de despedimento coletivo e depois aumentou o número de trabalhadores que estariam abrangidos por esse despedimento coletivo, tendo feito questão de anunciar esse aumento durante uma greve, num dia de luta desses trabalhadores, nomeadamente do *JN*.

Sob a ameaça de despedimento coletivo, a administração lançou um programa de rescisões a que chamou «voluntárias», mas em relação às quais

os trabalhadores têm de escolher se rescindem ou se mais à frente estarão confrontados com o seu despedimento. Nessas rescisões, a administração promete indemnizações pagas em prestações mensais. Depois, enquanto decorre o programa de rescisões voluntárias, debaixo da ameaça de despedimento, acaba por falhar salários e subsídios de Natal. Mais tarde decide, não se sabe com que critério, recuperar, ou melhor, pagar os salários em atraso a alguns dos trabalhadores do Grupo, mas não a outros.

No *Açoriano Oriental*, parece-nos que os trabalhadores já receberam pelo menos o subsídio de Natal ou alguns dos valores que tinham em atraso, mas houve outros trabalhadores que não receberam esses valores, não havendo aparente razoabilidade nem racional para esta decisão.

Entretanto — e isto não é só matéria laboral, é também matéria para a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) —, decide pura e simplesmente deixar de remunerar os trabalhadores que estavam a recibos verdes, o que corresponde, no caso do *JN*, a todos os correspondentes. Isto significa, na verdade, uma ingerência decisiva na matriz editorial do *JN*, que põe em causa a forma como o *JN* funciona. Tudo isto, além da decisão de pagar o subsídio Natal em 12 prestações, de forma ilegal.

No final, ameaça os trabalhadores com a insolvência das empresas e tudo isto sem que sejam conhecidas as contas da empresa. Ou seja, sem que se percebam as contas, mas havendo uma forte suspeita de que todos estes falhanços e todos estes atrasos no pagamento aos trabalhadores não decorrem da imediata falta de capacidade financeira ou de liquidez da empresa, mas decorrem de uma de duas, ou das duas em simultâneo: ou da falha dos acionistas em cumprir com as suas obrigações; ou da decisão deliberada da gestão de intimidar os trabalhadores por esta via e de assim, como disse aqui o anterior diretor Domingos Andrade, e cito-o livremente, «matar à fome uma

redação» — aliás, várias redações.

Perante este quadro, e sabendo que a ACT já foi acionada, pergunto que medidas é que o Governo tomou para assegurar, no mínimo, as garantias legais relativamente aos direitos laborais destes trabalhadores. Além disso, que medidas tomou para assegurar as garantias, por exemplo, no caso dos trabalhadores a recibos verdes, que têm obrigações contributivas e tributárias enquanto trabalhadores independentes. Ou seja, caso se prove que estes atrasos são fraudulentos ou que não correspondem à legalidade, como é que estes trabalhadores não vão ser prejudicados nas suas obrigações tributárias e fiscais perante o Estado por atrasos que não são da sua responsabilidade?

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Agradeço às Sr.<sup>as</sup> Deputadas Paula Santos e Joana Mortágua, dos Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda, que foram os requerentes desta audição.

Passo então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, para, nos próximos 10 minutos, tentar responder às questões dos grupos parlamentares requerentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (Ana Mendes Godinho): — Sr.<sup>a</sup> e Sr. Presidentes, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dirijo-me especialmente às Sr.<sup>as</sup> Deputadas Paula Santos e Joana Mortágua, que foram as requerentes, referindo-me ao enquadramento e às perguntas que foram colocadas.

Naturalmente, acompanhamos completamente a preocupação que foi aqui trazida e sinalizada pelas Sr.<sup>as</sup> Deputadas e, como é evidente, seguimos com preocupação todas as notícias que têm surgido sobre a Global Media e sobre o Grupo, lamentando a situação.



Concretamente o que se pede neste momento é a grande responsabilidade das várias entidades envolvidas para garantir que há uma capacidade de resposta e também de proteção, nomeadamente nesta fase, dos trabalhadores destes órgãos, que são desde logo os mais afetados pelas dificuldades que neste momento se sentem.

Da parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, temos estado a acompanhar a situação desde novembro, isto é, desde que tivemos conhecimento, através da comunicação social, da notícia da intenção do Grupo Global Media de proceder ao despedimento dos trabalhadores nas delegações do Porto e de Lisboa. O Ministério do Trabalho tem estado a acompanhar a situação concreta e diretamente através do Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, que está presente e que poderá dar mais informações que considerem importantes em relação ao que temos.

Devo dizer que, mal tivemos conhecimento destas informações veiculadas pela comunicação social, desencadeámos de imediato um pedido de intervenção à Autoridade para as Condições do Trabalho, mandando-lhe toda a informação que estava a ser disponibilizada pela comunicação social, tendo expressamente solicitado à ACT um pedido de intervenção urgente face à gravidade da situação.

Saliento que, na sequência de um pedido que foi formulado diretamente por trabalhadores ao Ministério, designadamente ao Secretário de Estado do Trabalho, foi realizada uma reunião de urgência no dia 11 de dezembro, onde esteve presente o Sr. Secretário de Estado do Trabalho para recolher e ter acesso ao maior nível de informação possível de modo a poder veicular para intervenção da ACT e também para acompanhamento por parte da DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), embora nunca tivesse dado entrada nenhuma comunicação junto da DGERT.

Refiro ainda a informação que nos tem sido prestada por parte da ACT, naturalmente, respeitando toda a independência que a ACT tem na sua intervenção. A ACT tem-nos mantido informados sobre a intervenção que tem estado a realizar e, além disso, tem estado também em contacto permanente com o sindicato, procurando obter o maior nível de informação possível sobre as várias situações em concreto que as Sr.<sup>as</sup> Deputadas foram aqui identificando, nas várias dimensões.

Sublinho que a ação inspetiva por parte da ACT está neste momento a decorrer — aliás, foi desencadeada de imediato, mal as notícias vieram a público. A ACT já realizou várias visitas inspetivas às diversas empresas do Grupo, tanto no Porto como em Lisboa, sempre com a preocupação de assegurar o cumprimento das obrigações legais e daquilo que a ACT consegue fazer cumprir do ponto de vista de obrigações legais por parte destas empresas e procurando aqui a fiscalização e a determinação para o cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores envolvidos nas várias dimensões.

Estas ações inspetivas da ACT estão a decorrer neste momento em cinco empresas do Grupo — que são as empresas relativamente às quais foram identificadas situações por parte dos trabalhadores e do sindicato —, tendo sido detetadas as situações referidas, nomeadamente no que se refere à questão do pagamento de salários e o acesso à informação, temas em relação aos quais a ACT tem feito intervenção.

O não pagamento de salários — sabemos todos — é uma situação crítica e inaceitável, com consequências dramáticas para os trabalhadores, pelo que é evidente que o pagamento dos salários devidos tem de ser assegurado pela Global Media, sendo que o não pagamento pontual dos salários é, além de inaceitável, uma contraordenação muito grave, pelo que a

ACT está a desencadear os procedimentos legais previstos para estas situações.

A ACT está também a analisar as situações relativas aos prestadores de serviços e a desencadear os procedimentos adequados face às situações detetadas, seja face às situações que foram identificadas nominalmente relativamente a trabalhadores em concreto, seja relativamente aos trabalhadores de que a segurança social tem informação, através da comunicação do apuramento relativamente às entidades contratantes que têm trabalhadores independentes economicamente dependentes e relativamente aos quais existe informação do ponto de vista do sistema de remunerações declaradas. Portanto, a ACT tem essa informação através dessa via não só nominal dos trabalhadores que são comunicados, mas também por via do cruzamento de dados com a segurança social.

A preocupação que temos assumido e que transmitimos à ACT é a da garantia de a ACT cumprir e zelar pelo cumprimento das obrigações laborais, aqui com alguma preocupação de haver uma capacidade de interlocução entre os trabalhadores e o sindicato e a ACT, que já tem acontecido concretamente através do sindicato e da ACT.

No entanto, atendendo à dimensão e à preocupação que sentimos que deve ser garantida em termos de acompanhamento de todas as situações, pedimos à segurança social e à ACT para terem uma equipa dedicada, tal como fizemos, por exemplo, no acompanhamento da Autoeuropa, quando houve situações que precisavam de acompanhamento, o que teve muitíssimos resultados, porque permitiu um acompanhamento direto das situações de cada um dos trabalhadores em função das especificidades, muitas vezes, dos problemas que têm.

Assim, à semelhança do que foi feito nessa altura, pedimos para haver uma equipa conjunta da segurança social e da ACT para o acompanhamento direto das situações e onde os trabalhadores possam dirigir-se especificamente em relação a problemas que tenham para poderem ser acompanhados, nomeadamente, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos referiu, em relação a questões que tenham sobre segurança social, para que possa haver um acompanhamento personalizado, com a identificação das respostas concretas que podem dar em função a cada uma das sinalizações.

Como é evidente, a segurança social estará preparada para acionar o Fundo de Garantia Salarial (FGS), caso as empresas recorram ao mecanismo. Como sabem, para isso é preciso que as empresas acionem os mecanismos necessários para o efeito, mas a segurança social estará completamente pronta para o acionar.

Claro que, neste momento, o que está em causa são os processos inspetivos da ACT face às situações que detetou, nomeadamente os processos inspetivos e contraordenacionais relativamente às situações com que se deparou. Portanto, quanto ao acompanhamento da situação, esta equipa permitirá aos trabalhadores terem uma capacidade de identificação dos seus problemas concretos.

Aproveito também para dizer que, como sabem, a Agenda do Trabalho Digno identifica o combate à precariedade nas suas várias dimensões como uma prioridade que temos assumido de uma forma transversal. É por isso, aliás, que a ACT tem desenvolvido várias ações específicas de combate à precariedade que são transversais em várias áreas, mas também especificamente no setor da comunicação social.

Sabemos que é uma área onde este combate à precariedade tem de ser assumido por todos nós como uma prioridade, uma missão e um compromisso

de sociedade, porque sabemos as consequências que isso tem nas suas várias dimensões. Foi, aliás, também por isso que, na audição anterior, referi esta prioridade que temos assumido e que, na sequência da entrada em vigor da Agenda de Trabalho Digno, a ACT passou a ter a capacidade de cruzamento de dados, nomeadamente com a segurança social, para ter acesso aos dados que constam das comunicações da segurança social e das remunerações comunicadas à segurança social.

Recordo que a ACT fez, num primeiro momento, uma ação massiva de cruzamento de dados para identificação, por exemplo, de contratos a termo que já tinham terminado o prazo legalmente previsto para notificação às entidades para a sua conversão, sendo que está a preparar ainda este mês uma ação no sentido de notificar as entidades contratantes relativamente aos trabalhadores independentes, economicamente dependentes, para que sejam regularizadas as situações relativamente aos trabalhadores em que esta dependência seja evidente.

Ou seja, a ACT irá começar a proceder a essas notificações ainda este mês relativamente aos trabalhadores que tenham 100 % de atividade prestada para uma única entidade. Portanto, naturalmente que os trabalhadores da comunicação social que se encontram nesta situação serão abrangidos por esta ação.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Passamos agora à intervenção dos restantes grupos parlamentares, começando com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Madureira, dispondo de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Madureira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente da 10.<sup>a</sup> Comissão, cumprimento também o Sr. Presidente da 12.<sup>a</sup> Comissão, as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Sr.<sup>a</sup> Ministra e o Sr. Secretário de Estado, a quem agradeço o facto de aqui estarem e de demonstrarem disponibilidade para, também do vosso Ministério, responderem a esta situação aflitiva, esta situação grave que atravessa o Grupo Global Media, um dos maiores grupos de *media* a atuar em Portugal, onde estão presentes os setores da imprensa, da rádio e também o digital.

Vamos recuar até 15 de novembro do ano transato, quando o Marco Galinha cessou as funções de Presidente da Comissão Executiva do GMG, tendo sido substituído por José Paulo Fafe, que começou por anunciar várias mudanças e novas contratações.

O mês de dezembro deveria ter sido um mês de celebração do Global Media, até porque foi o mês em que o *Diário de Notícias* assinalou 159 anos de existência, mas, infelizmente, não foi nada disso que aconteceu. O que aconteceu foi exatamente o inverso. Em vez de anunciadas e celebradas estas manifestações pela existência do *Diário de Notícias*, foi anunciada a intenção de dispensar entre 150 e 200 trabalhadores.

Trata-se de uma situação que tem preocupado os diferentes grupos parlamentares. O ano de 2023 terminou, assim, com salários em atraso, incluindo o subsídio de Natal e uma inédita greve de dois dias que levou mesmo o *Jornal de Notícias* a ficar fora das bancas.

Infelizmente, o ano que arrancou não trouxe soluções. Pelo contrário, a situação continua a agravar-se, não se perspetivando no horizonte próximo uma forma de resolver tão dramática situação.

Já aqui foi lembrado que está anunciada para amanhã uma greve dos trabalhadores deste Grupo, tendo sido também convocados a participar nesta

greve, entre as 14 horas e as 15 horas do dia 10 de janeiro, todos os jornalistas, num ato de solidariedade para com os trabalhadores do *DN*, do *JN*, de *O Jogo* e da TSF.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra já aqui assinalou algumas das soluções do seu Ministério. É, de facto, uma situação em relação à qual ninguém pode ficar alheio. É uma situação de enorme gravidade, que põe em causa um dos pilares da democracia: a existência de uma imprensa livre, independente e plural.

Há uma nota à comunicação social sobre esta situação, emitida pelo Ministério da Cultura, no passado dia 28 de novembro, na qual o Governo diz acompanhar com preocupação as notícias sobre a Global Media, de onde consta — e passo a citar — «o não pagamento de salários é uma situação crítica, com consequências dramáticas para os trabalhadores. A Global Media deve assegurar o pagamento dos salários devidos, podendo, no limite, desencadear os mecanismos necessários para que o Fundo de Garantia Salarial seja acionado».

A Sr.<sup>a</sup> Ministra já afirmou que a segurança social estaria pronta para acionar o Fundo de Garantia Salarial. Também já fez aqui referência a alguns dos mecanismos na área da sua esfera de competências, que foram desencadeados, nomeadamente a questão do trabalho da ACT.

Para além daquilo que já foi dito, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há mais alguma medida que, dentro da sua competência e da competência do seu Ministério, possa desencadear para ajudar a minimizar esta situação pela qual os trabalhadores deste Grupo estão a passar?

Aproveitando a sua presença neste Parlamento, pergunto se pode aqui deixar uma palavra de esperança a todos os profissionais que estão a ser afetados por esta situação tão sensível para as suas vidas e das suas famílias.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, dispondo de 5 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado do Trabalho** (Miguel Fontes): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, desejo um bom dia a todas e todos os Srs. Deputados e dirijo um cumprimento especial à Sr.<sup>a</sup> e ao Sr. Presidente das respetivas Comissões.

Respondendo em concreto às questões formuladas, nomeadamente esta última intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Madureira, começaria talvez, pelo fim, dizendo que, evidentemente, o Governo acompanha de perto, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse na primeira intervenção, e desde a primeira hora, esta situação. E esse acompanhamento procura, evidentemente, cingir-se àquilo que é a competência que o Governo tem nesse domínio e, não leve a mal que diga, mas, nesse domínio, fazer votos de esperança não é propriamente alguma coisa que esteja dentro da área de competências do Governo.

O que podemos dizer é que fazemos o nosso compromisso firme, e esse manifestámo-lo desde a primeira hora com todos os trabalhadores da Global Media, de que o Governo não hesitará, como não hesitou até agora, em desencadear todos os mecanismos que no quadro legal existam para poder fazer cumprir a lei.

O Código do Trabalho é suficientemente robusto nesta matéria para podermos atuar. Foram dadas as indicações, como a Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu, à Autoridade para as Condições do Trabalho para poder, de uma forma diligente e urgente, atuar no conjunto das situações, para procurar identificar todas as situações de incumprimento legal, nomeadamente a ausência do pagamento devido da retribuição mensal e a ausência do pagamento do subsídio de Natal. Foi dado um prazo para que essas situações fossem devidamente regularizadas em cada uma destas empresas, porque as situações, como também já foi



referido, não são exatamente as mesmas em todas elas.

E, findo esse prazo, evidentemente que serão levantados os autos de notícia e desencadeados os processos que responsabilizam a administração, nos termos da lei, para o fazer.

Acho que é muito importante que cada um faça a sua parte e, nesse sentido, é de saudar que o Parlamento esteja, evidentemente, tal como o Governo, a acompanhar, por via dos diferentes grupos parlamentares, esta situação e que todos aqueles que têm responsabilidades, nomeadamente se houver matérias que sejam apuradas de outra natureza, possam também desencadear os mecanismos que, nos termos da lei, entendam por adequados, face à situação que é conhecida.

Só para terminar, quero dizer que, na reunião que tive oportunidade de manter com representantes, no caso concreto, dos trabalhadores do *Jornal de Notícias*, que foi quem solicitou esse mesmo contacto, não só manifestámos toda a disponibilidade permanente para continuar a acompanhar e sermos conhecedores da situação naquilo que entendam que seja necessário de reportar, mas também lhes apresentámos uma palavra que obviamente é de solidariedade, mas que é uma solidariedade ativa no sentido de dizer que todas as matérias que sejam merecedoras de outro tipo de esclarecimentos devem acontecer nas esferas próprias e serem desencadeadas por quem de direito.

Da parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social estamos, como digo, a acompanhar fazendo aquilo que podemos com os instrumentos legais, para podermos ter uma resposta tão robusta quanto for possível.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Damos a palavra agora, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Também para colocar as questões que

entender nos próximos 5 minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sara Velez.

A Sr.<sup>a</sup> **Sara Velez** (PS): —Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Secretário de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, gostaria de começar por agradecer os esclarecimentos que a Sr.<sup>a</sup> Ministra e o Sr. Secretário de Estado já tiveram aqui oportunidade de prestar, agradecendo naturalmente a sua presença, pela importância e oportunidade desta audição, que vem na sequência de um conjunto de outras que temos vindo a fazer sobre a preocupante situação que se vive no Grupo Global Media.

A questão é verdadeiramente importante, porque o Grupo Global Media é um dos principais grupos de *media* em Portugal. É detentor de um conjunto muito importante e significativo de títulos, como são os casos do *DN*, do *JN*, da *TSF*, de *O Jogo*, do *Dinheiro Vivo*, entre outros, o *Açoriano Oriental* também já aqui referido, títulos e marcas em que os portugueses confiam, que se habituaram a ler e a ouvir há muito tempo e que, por esse motivo, acompanham também, certamente com muita preocupação, a situação que se vive atualmente no Grupo.

Esta situação já seria muito preocupante se se tratasse de uma empresa num outro qualquer setor de atividade, mas, tratando-se de algo que se vive numa empresa cuja principal atividade é a comunicação social, deixa-nos ainda mais alerta para todas estas situações. É por isso muito importante para nós, enquanto Deputados desta Assembleia, acompanhar de perto aquilo que se passa neste Grupo e é também importante percebermos tudo o que está à volta, todos os contornos desta situação, para percebermos também aquela que é a salubridade do pluralismo da nossa imprensa e da nossa democracia.

É fundamental porque a imprensa, a sua qualidade, a forma e as condições em que os seus profissionais — os jornalistas, mas também os não

jornalistas — exercem as suas funções são essenciais para aquilo que consideramos ser a qualidade da nossa democracia. Isto porque não há democracia sem imprensa livre e a liberdade de imprensa, bem como a liberdade dos jornalistas que lá trabalham são imprescindíveis para a qualidade da mesma.

Ora, olhando para o histórico da situação que hoje nos traz aqui, e que culmina também com o despedimento coletivo, ou com a ameaça do despedimento coletivo no Grupo Global Media, e tendo em conta algumas das preocupações que aqui nos foram relatadas pelas diferentes partes que já foram ouvidas sobre esta matéria, designadamente a de que um grupo cuja salubridade financeira era equilibrada e positiva, pouco tempo depois de ser adquirido por um grupo financeiro internacional que ninguém — mesmo depois da audição que tivemos na nossa Comissão de Cultura há pouco — sabe por quem é constituído, passou de uma situação que alegadamente era estável para uma situação difícil.

A operação que viria a servir para trazer novos investimentos, afinal resulta, em pouco tempo, na ameaça de despedimento coletivo, com propostas de rescisão alegadamente voluntárias ou amigáveis, mas de duvidosa legalidade. Isto não deixando, no entanto, de fazer outras contratações para outros setores da empresa, nomeadamente com a criação de novas direções, com redações demissionárias e com muitos jornalistas ameaçados, o que coloca em causa a própria saída dos títulos e a sua produção noticiosa.

Isto para não falar de baixos salários ou salários em atraso, de subsídios de Natal em risco ou pagos de forma legalmente duvidosa em duodécimos, de trabalhadores a recibos verdes dispensados de um dia para o outro e com recibos em atraso desde outubro, estando, portanto, novembro e dezembro por pagar, e de diferentes incumprimentos da legislação laboral.

Todas estas questões que centrei aqui nas matérias que dizem respeito às áreas tuteladas pela Sr.<sup>a</sup> Ministra, e outras que têm vindo naturalmente a ser colocadas são graves, descrevem uma situação muito difícil, desde logo para os trabalhadores que têm direito à sua retribuição e a viver com dignidade. E nenhum jornalista ou outro profissional qualquer é verdadeiramente livre, não pode sê-lo, enquanto lhe faltam recursos para viver com dignidade.

Assim, as questões que lhe trago, de alguma forma a Sr.<sup>a</sup> Ministra já as abordou na sua intervenção inicial, mas gostaria aqui de a questionar se o Grupo Global Media já informou ou se fez alguma declaração no sentido de estar disponível para como e quando pagar os salários que estão em dívida, ou se — sabendo nós que a segurança social estará sempre disponível, naturalmente, para acionar esse fundo — já pediu o acesso ao Fundo de Garantia Salarial.

Tivemos também algumas informações da parte de trabalhadores que se encontram na situação de recibos verdes e que têm recibos em atraso — dos três meses que já referi —, mas que continuam naturalmente a ter a obrigação de pagar as suas contribuições, nomeadamente à segurança social. Gostava de saudar a nomeação desta equipa que a Sr.<sup>a</sup> Ministra teve aqui oportunidade de anunciar e que vai acompanhar de perto toda esta situação.

Por fim, tendo em conta os esclarecimentos que já nos deu e que agradecemos, relativamente àquela que tem sido a atividade da Autoridade para as Condições do Trabalho, a última questão que coloco é para saber que futuras ações, se estes incumprimentos persistirem, serão então feitas para dar resposta a esta situação gravíssima, que se vive neste importante Grupo de comunicação social.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Tem a palavra o Governo, para

responder. Por indicação da Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, responde o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, a quem dou a palavra.

O Sr. **Secretário de Estado do Trabalho**: — Sr. Presidente, muito obrigado à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sara Velez.

De forma breve, mas clara, quero acrescentar só o seguinte relativamente às preocupações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada expressou e que são, também, as preocupações do Governo.

A primeira nota é que, neste como em todos os outros casos, o Governo está sempre disponível, não apenas para acompanhar a situação pelo lado dos trabalhadores, mas quando há um grupo empresarial, uma empresa, que entende que há razões que justificam partilhar uma situação com o Governo, partilhar uma estratégia, partilhar dificuldades, procurar inteirar-se de que mecanismos existem para poder ajudar a uma estratégia de reestruturação, de recuperação, o Governo também está igualmente disponível para o fazer.

Acontece que, neste caso, não houve da parte do Global Media Group nenhum contacto com o nosso Ministério nesse sentido para poder, digamos, haver algum tipo de reunião, como houve com os representantes dos trabalhadores, para se poder, eventualmente, equacionar qualquer outro tipo de situação, o que, aliás, é comum noutros setores de atividade. Quando se avizinham dificuldades, procura-se intervir nesse sentido e ter uma resposta que ajude a esses momentos, quando se trata de momentos de dificuldade.

Relativamente à consideração feita, aliás, pelo conjunto dos grupos parlamentares, sobre a importância que este Grupo representa e que a atividade do jornalismo representa obviamente no seio da nossa vida democrática, evidentemente não é preciso sublinhar mais aquilo que é claro,

julgo eu para todos. É que não estamos apenas a falar de um problema estritamente de colocar em risco de vida, o que já seria suficientemente grave, centenas de trabalhadores pela situação em que se encontram, mas obviamente estamos a falar de uma situação que afeta um pilar muito importante da nossa vida democrática e, portanto, essa preocupação é ainda mais reforçada.

Mas, cingindo-me às matérias laborais, gostaria de dizer que o Código do Trabalho entende que a falta do pagamento do salário é de tal maneira grave que por isso entende puni-la como uma contraordenação muito grave e que o valor dessa coima pode ir, inclusivamente, até aos 61 200 €.

Portanto, está aqui bem expressa, também por este valor, a importância da proteção social que coletivamente damos a um incumprimento que não é um incumprimento menor. E nós temos de ser verdadeiramente intransigentes quando de salários se trata, porque numa sociedade em que as pessoas vivem, obviamente, na sua esmagadora maioria, do rendimento do trabalho, comprometer o rendimento do trabalho é comprometer essas vidas.

E, portanto, evidentemente que não hesitaremos — como disse na primeira intervenção a Sr.<sup>a</sup> Ministra, e eu também já tive oportunidade de reforçar — em atuar com toda a diligência como temos feito, no sentido de garantir que, nos termos da lei e de acordo com o que a lei nos permite, as responsabilidades são exercidas, quem de direito é chamado à responsabilidade e que efetivamente procuraremos que esta situação seja, a todos os títulos, resolvida o mais depressa possível, que é aquilo que julgo que todos os trabalhadores envolvidos desejam.

Quanto às opções de gestão, evidentemente cada um de nós pode fazer um conjunto de considerações, mas a única coisa que posso dizer é aquilo que também já tinha tido oportunidade de expressar nessa reunião com os trabalhadores, ou seja, que fomos apanhados completamente de surpresa,

também nós, com alguma perplexidade, entre os desejos manifestados num primeiro momento de investimento do Grupo, a que se seguiria uma estratégia — foram essas as palavras — de investimento e, decorridas tão poucas semanas, termos sido todos apanhados com esta situação, que de investimento não é seguramente. Portanto, é, como digo, com apreensão que todos acompanhamos a situação no Global Media Group. Mas quanto às contraordenações, quero dizer que elas obviamente seguirão o seu trâmite para garantir que a lei, neste domínio, se cumpra.

Sobre a questão do despedimento coletivo, há pouco não o referi, nunca houve nenhuma formalização que obrigue, nos termos da lei, como sabem, a que seja feita junto dos serviços competentes do Ministério, neste caso da DGERT, portanto, essa intenção nunca se materializou formalmente até ao dia e ao momento em que estamos a usar da palavra. Também quero dizer que, evidentemente, se essa situação se colocar, como habitualmente, aquilo que é feito é verificar se estão reunidos os pressupostos que a lei define para que esse processo possa acontecer. Mas, até ao momento, isso não passou, digamos, de uma declaração que não teve consequências formais.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Prosseguimos então, agora, para o Grupo Parlamentar do Chega e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Presidentes da 10.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> Comissão, agradeço à Sr.<sup>a</sup> Ministra a sua presença e a sua disponibilidade para discutir estas questões do Global Media Group e o impacto desta situação nos trabalhadores do GMG e, assim, no setor da comunicação social em Portugal.

Esta situação, não só afeta seriamente o setor da comunicação social em Portugal, mas também tem implicações significativas para os trabalhadores envolvidos e para a economia do nosso País. A gestão do GMG, sob a liderança de José Paulo Fafe, tem sido alvo de críticas severas, com acusações de desvalorização das suas marcas e uma aparente incapacidade de resolver os problemas financeiros e operacionais do Grupo, cujo desmantelamento anunciado se avizinha no horizonte.

Recentemente, os diretores demissionários do *JN*, da *TSF*, de *O Jogo* e do *Dinheiro Vivo* expressaram preocupação com o impacto das decisões de gestão sobre as receitas e a sustentabilidade destes meios de comunicação. É de realçar que a situação em causa atingiu um ponto crítico com o anúncio das rescisões urgentes de 150 a 200 trabalhadores para evitar a falência do Grupo. Decisão esta que, conjuntamente com os atrasos no pagamento de salários e subsídios de Natal, reflete uma gravíssima crise de gestão que ultrapassa os limites empresariais e toca a esfera social e laboral dos trabalhadores.

A incerteza e a insegurança que se abatem sobre estes profissionais vão muito para além da perda de rendimentos. Trata-se, na verdade, de uma crise de dignidade e estabilidade profissional. Famílias inteiras encontram-se em situações precárias, enfrentando o espectro do desemprego, num setor já por si muito fragilizado. Trabalhadores que dedicaram anos, até décadas, ao jornalismo e à comunicação social veem-se agora numa encruzilhada, forçados a enfrentar um futuro incerto e uma realidade que ameaça não só a subsistência, mas a integridade do jornalismo enquanto pilar democrático, em Portugal.

O enfraquecimento financeiro e estrutural de instituições de comunicação social de longa data como a *TSF*, o *Diário de Notícias* e o próprio *JN*, comprometem a pluralidade de opiniões e a qualidade do



jornalismo, pilares fundamentais de uma sociedade democrática.

A precariedade no jornalismo não apenas afeta a vida dos trabalhadores e suas famílias, mas também ameaça a liberdade e independência da imprensa, ao colocar em causa jornais de referência e confiança, o que limita a liberdade dos jornalistas e, por extensão, fragiliza a democracia.

Face a este cenário, dirijo à Sr.<sup>a</sup> Ministra as seguintes questões: qual é, se existe, o plano de ação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para intervir e apoiar os trabalhadores afetados pela crise no GMG, especialmente no que diz respeito aos atrasos salariais e à segurança do emprego?

Que medidas estão a ser tomadas para garantir que o GMG cumpre as suas obrigações legais e contratuais com os trabalhadores?

O seu Ministério está a colaborar com a ERC para assegurar a transparência e a legalidade das operações do GMG ou até onde é que vai essa colaboração?

Que tipos de programas de apoio e reinserção profissional é que o Ministério disponibilizou para os jornalistas e outros trabalhadores do GMG que possam ser afetados pela reestruturação e potenciais despedimentos?

O seu Ministério, Sr.<sup>a</sup> Ministra, planeia vir a abordar o impacto mais amplo desta crise no setor dos *media* em Portugal, em termos de emprego e estabilidade económica?

O Sindicato dos Jornalistas fez uma exposição à Inspetora-Geral da ACT, solicitando a intervenção da entidade na fiscalização de várias irregularidades neste Grupo de *media*. O que é que a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos pode adiantar sobre o resultado prático destes contactos, entretanto, ocorridos?

Não sabemos quanto tempo irá demorar a inspeção da ACT. São as empresas que têm de pedir a intervenção do Fundo de Garantia Salarial. E se

não pedirem? E quanto tempo demorará a inspeção da ACT?

Entretanto, os trabalhadores, se for avante o despedimento coletivo, quanto tempo vão ter de esperar que o Estado social os ajude? Qual o prazo dado às empresas para regularização dos valores em dívida aos trabalhadores?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes.

O Sr. **Secretário de Estado do Trabalho**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço as perguntas formuladas, mas confesso que já tenho alguma dificuldade em acrescentar muitos elementos adicionais às respostas anteriormente dadas, uma vez também que, compreensivelmente, as perguntas incidem sobre as mesmas matérias.

Mas quero reforçar o seguinte: o acompanhamento do Ministério, como já foi dito, está a acontecer desde a primeira hora. É um acompanhamento ativo que é feito dentro das balizas do enquadramento legal, que é o que se espera que o Governo faça. Deu orientações aos seus serviços sob a sua tutela, sob a sua responsabilidade, para atuarem de forma diligente e pronta, como sempre fazemos nestas situações.

A ACT dirigiu imediatamente equipas inspetivas ao conjunto das situações reportadas como sendo de irregularidade. Houve, de facto, reuniões — como também já foi publicamente referido — com diferentes entidades, nomeadamente com o sindicato.

Foram levantados autos no sentido do apuramento dessas mesmas desconformidades ou ilegalidades cometidas e, nos termos da lei, como há pouco referi, se os pagamentos não foram efetuados — como não foi o do salário do mês de dezembro e o do subsídio de Natal — a Global Media está

a ser, cada uma das empresas infratoras, notificada neste preciso momento pela ACT da responsabilidade em que incorre. Como há pouco referi, não é uma responsabilidade menor e que será obviamente aquela que está estipulada no Código do Trabalho.

Relativamente a matérias — como disse também na minha outra intervenção — de outra natureza, nomeadamente as que excedem a esfera de competência deste Ministério, o Governo, no seu todo, está a atuar. Amanhã mesmo, o Sr. Ministro da Cultura também poderá, obviamente, na sua esfera de competência, prestar os esclarecimentos que entenda por necessários e onde se inscreve esta questão, nomeadamente da articulação com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Portanto, vamos abster-nos de sermos nós a fazer qualquer consideração sobre essa matéria.

Depois, gostaria de dizer que é muito cedo, Sr. Deputado, para, numa situação destas, assumirmos que a resposta passe por uma disponibilização de programas de requalificação profissional ou de apoio, diria, aos trabalhadores visados.

Evidentemente que todas as medidas que são disponibilizadas em matéria de formação e de requalificação profissional têm um caráter universal, mas não é disso que se trata, neste momento. Este é o momento de confrontarmos um grupo empresarial de comunicação social com as suas responsabilidades, nomeadamente enquanto entidade empregadora, e de garantir que, até ao limite, essas responsabilidades são integralmente assumidas.

Julgo que me acompanhará, porque continuaremos a precisar de comunicação social, a precisar de jornalistas e, portanto, não se trata propriamente de uma reconversão profissional como de outros setores em que por via, imagine-se, por exemplo, da descarbonização, estejam em causa

postos de trabalho irremediavelmente perdidos. Não é esse o caso e, portanto, este é o tempo para fazermos crer a todos que a lei existe, Portugal é um Estado de direito, é para cumprir e que é absolutamente inaceitável que uma estratégia de quem quer que seja, ditada ainda por cima em razão de investimento, possa imediatamente gerar uma situação de incumprimento.

É uma situação que gera não só incompreensão, perplexidade e que é, a os títulos, inaceitável. Acho que tem de ficar claro que, da nossa parte, enquanto Governo, não nos resignaremos a que isso possa suceder.

Evidentemente, qualquer problema interno que seja, no âmbito do Grupo, diz respeito aos atuais ou aos passados acionistas. Agora todos compreendemos o seguinte: não é possível estar em processos destes sem que haja, obviamente antes, o cuidado de tirar uma fotografia exata àquilo que se vai encontrar e, portanto, é com grande perplexidade que assistimos àquilo a que assistimos.

Assim, aquilo que temos para dizer é: da nossa parte, a lei é para cumprir e cá estaremos para dar garantias aos trabalhadores visados que têm, como é de bom tom, evidentemente, a colaboração devida que as instituições têm de ter neste domínio, nomeadamente para fazer cumprir a lei.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — O Sr. Deputado Jorge Galveias pede a palavra, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Uma das questões que levantei é:

perante o tempo que vai demorar até este assunto estar resolvido, a segurança social tem alguma forma de ajudar estes trabalhadores? Isto porque nós não sabemos quanto tempo é que isto vai demorar. Vamos ter a inspeção da ACT, vamos ter relatórios, vamos ter análises, vamos ter tudo o mais. Quanto tempo é que vai demorar? O que é que vai ser desta gente, destas famílias, durante meses, muito possivelmente? E o que é que a segurança social pode fazer, sobre este aspeto?

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Já percebemos a pergunta, o Governo também percebeu a pergunta, e responderá, se entender, no decurso desta audição. Agora, passamos a palavra ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo novamente, cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Presidente da 10.<sup>a</sup> Comissão, a Sr.<sup>a</sup> Ministra e o Sr. Secretário de Estado.

Esta audição decorre no momento em que se anuncia um despedimento coletivo na imprensa portuguesa, na Global Media Group, perante uma estranha passividade de um Governo que diz proteger o emprego e valorizar o jornalismo.

A Iniciativa Liberal, acho que não é surpresa nenhuma, não quer qualquer tipo de intervenção do poder político nos meios de comunicação social, mas queremos, sim, uma regulação competente, uma supervisão que funcione, mecanismos que assegurem a transparência e a livre concorrência com regras nos meios de comunicação social. E parece-nos que nada disto tem funcionado, neste processo.

Anuncia-se agora que a ERC, assumindo finalmente as

responsabilidades que lhe cabem enquanto entidade fiscalizadora, vai mover um processo administrativo contra o fundo de investimento que adquiriu o GMG, isto quando os diversos títulos do grupo sofrem já uma manifesta desvalorização e quando as dúvidas estão expressas em toda a parte.

A entidade reguladora parece ter sido a última a despertar para este problema — mais vale tarde que nunca! — esperemos é que não seja tarde demais.

Amanhã estará neste Parlamento o Sr. Ministro da Cultura, que tem a tutela da comunicação social. Ele é o destinatário das nossas principais e mais prementes questões, mas, aproveitando a presença da Sr.<sup>a</sup> Ministra e do Sr. Secretário de Estado aqui, também há algumas questões que a Iniciativa Liberal gostaria de vos dirigir.

Pedia nomeadamente para nos esclarecerem qual é o montante atual das dívidas do Grupo ao Estado, designadamente à segurança social e se podem confirmar ou não que estas ascendem a mais de 7 milhões de euros. Serão desencadeados mecanismos necessários para que o Fundo de Garantia Social seja acionado de forma a proteger os trabalhadores? Volto a reiterar esta questão!

Como é que é possível terem falhado os mecanismos de verificação da idoneidade, quando a ERC avalizou a entrada para CEO (*chief executive officer*) do GMG da mesma pessoa que tinha sido antes acionada, também pela ERC, por incumprimento de obrigações legais de reporte do regime da transparência, noutra empresa de comunicação social?

E, por último, pergunto se subscrevem a preocupação, já expressa pelo Sr. Presidente da República, sobre a situação das empresas jornalísticas em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, para responder.

O Sr. **Secretário de Estado do Trabalho**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei onde é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada viu passividade, mas o que eu e a Sr.<sup>a</sup> Ministra procurámos expressar, foi uma cronologia dos factos que mostra que, desde a primeira hora, o Governo, assim que tomou conhecimento público da situação referente à condição em que se encontravam os trabalhadores do Global Media Group, atuou. E atuou, como já repeti por diversas vezes, para fazer cumprir a lei, como continuará a atuar e, portanto, não há nenhuma passividade.

Não há, obviamente, ingerência, que é uma matéria diferente, porque as empresas são geridas, como julgo que me acompanhará, por quem de direito, pelas suas administrações, e não compete seguramente a este ou a nenhum Governo estar a pronunciar-se, a cada momento, sobre opções de gestão.

Compete ao Governo garantir que o quadro legal vigente num Estado de direito é salvaguardado, é cumprido escrupulosamente, sempre que há direitos que estão a ser colocados em causa, como aconteceu. E sobre isso não houve nenhuma passividade e, portanto, desculpará que lhe diga, o Governo não aceita essa adjetivação quando, ao contrário, houve desde a primeira hora uma enorme proatividade para, precisamente, responder a esta situação.

Segunda nota, evidentemente que todos aqueles que são guiados por um sentido de responsabilidade só podem estar preocupados com a situação que, de um modo geral, os grupos de comunicação social vivem, mas julgo que não devemos neste caso, se me é permitido, misturar o que não deve ser misturado.

Uma coisa é fazermos uma conferência académica em que discutimos os desafios com que os meios de comunicação social hoje se confrontam na era do digital, com alterações de modelos de negócio, com desafios emergentes e que decorrem de ter havido uma alteração profunda na forma de produzir e consumir a informação.

Outra coisa é estarmos perante uma situação muito concreta, de uma empresa muito concreta, com rostos muito concretos, com procedimentos e intenções manifestadas muito concretas. São essas que têm de ser escrutinadas, percebidas e quem de direito tem de atuar nos seus respetivos domínios.

Da nossa parte, é isso que estamos a fazer na matéria laboral, garantindo que não há utilização de qualquer tipo de expediente que configure outra situação que possa violar os direitos dos trabalhadores envolvidos nestas empresas do Grupo. Portanto, esse é o compromisso que gostava de reiterar, uma vez mais, em nome do Governo e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Tem agora a palavra o primeiro grupo parlamentar requerente, o Partido Comunista Português, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos. Dispõe de 2 minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria, nesta intervenção, de dizer o seguinte: estamos a falar de trabalhadores que fazem falta, que são necessários.

Na minha intervenção inicial, tinha feito a referência de que já se estava a avançar no sentido do esvaziamento das redações e, com esta perspetiva de



despedimento de mais de 200 trabalhadores, a verdade é que se põe em causa a continuidade destes órgãos de comunicação social.

Portanto, a questão que aqui se coloca é a da proteção destes postos de trabalho, de impedir este despedimento, de o travar e de salvaguardar estes postos de trabalho.

Neste processo, e é dessa forma que o PCP também tem vindo a intervir, os acionistas, os administradores do Grupo não podem ser desresponsabilizados, como é óbvio, mas o Governo tem também de intervir no quadro das suas competências legais. Daí termos também pedido esta audição, para perceber o que já tinha sido feito e o que estava em curso.

Coloca-se em cima da mesa uma perspetiva e uma intenção — aliás declarada, por parte, inclusivamente, do Presidente da Administração do Grupo — de despedir 200 trabalhadores, no entanto, temos conhecimento de que, ao mesmo tempo, a administração está a contratar assessores. Já terá contratado 34 pessoas, sendo que os custos anuais com estas 34 pessoas são superiores a 2 milhões de euros. Isto, de facto, é incompreensível.

Há aqui, deliberadamente, uma intenção, como os próprios representantes dos trabalhadores aqui disseram, de desvalorização dos trabalhadores e das próprias redações.

Sobre esta matéria também valia a pena perceber como é que o Governo está a acompanhar a situação.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É que falamos de um grupo que coloca em cima da mesa, num comunicado que é do conhecimento público, o despedimento de 200 trabalhadores e depois, paralelamente, procede à

contratação de trabalhadores, de assessores para a administração — vou terminar, Sr. Presidente, peço desculpa —, ainda por cima, nos valores que são conhecidos.

A última pergunta que gostaria de fazer prende-se com a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra, em que fez referência a que tinham sido identificados, se bem percebi, trabalhadores que configuravam falsos recibos verdes e que desempenhavam funções permanentes. Gostaria de perceber quantos trabalhadores, ao todo, foram identificados nestas circunstâncias no Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Mendes Godinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr.<sup>a</sup> e Sr. Presidentes, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, desculpem a nossa gestão das intervenções, mas era também para ter a informação mais próxima e mais direta do Sr. Secretário de Estado do Trabalho, que tem, aliás, feito o acompanhamento e tem estado também nas reuniões.

Reitero, aliás, tal como penso que é subscrito por todos nós nesta audição, que acompanhamos com enorme preocupação a situação. Reitero essa preocupação.

Procurámos hoje, aqui, também, prestar informação às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados sobre as várias ações que têm sido desenvolvidas, no âmbito do Ministério, para acompanhamento da situação laboral dos trabalhadores e, concretamente, desde o início, seja pelo Sr. Secretário de Estado que reuniu com representantes dos trabalhadores, seja com o pedido expresso que fizemos à ACT para acompanhamento e intervenção com urgência imediata, mal houve notícias na comunicação social sobre um eventual despedimento

coletivo que estaria a ser desencadeado — embora não tenha nunca dado entrada, formalmente nem informalmente, no Ministério, nenhuma comunicação relativamente a despedimento de pessoas. Em qualquer caso, solicitámos a intervenção da ACT, que tem estado a intervir e que identificou, de facto, várias situações.

Uma vez que estão em curso as ações inspetivas, a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreende que não possa estar a divulgar nem a partilhar informações concretas sobre elas. Mas, sim, foram detetadas situações, nomeadamente sobre salários em atraso, até porque isso é público e notório, sobre trabalhadores independentes mas economicamente dependentes, uma vez que, através do cruzamento de dados que fazemos das declarações de remunerações na segurança social, temos informação sobre esse conjunto de trabalhadores que está identificado — e em relação a esses trabalhadores a ação está a ser também preparada e desencadeada.

A ACT, face às situações de incumprimento detetadas, também está a desencadear os procedimentos inspetivos, nomeadamente autos de notícia.

Aproveito para lembrar que os apuramentos relativamente às quantias em dívida aos trabalhadores, dos salários em atraso, feitos pela ACT, constituem título executivo. Penso que era uma informação adicional que podia prestar, face ao que foi dito anteriormente.

Repito que o Ministério tudo fará para responder aos mecanismos que sejam acionados, nomeadamente o Fundo de Garantia Salarial, uma vez que foi essa outra questão que foi colocada. É preciso que a empresa desencadeie os procedimentos e que cumpra naturalmente os requisitos para o fazer.

Mas reitero aquilo que foi dito aqui anteriormente: é inadmissível o não pagamento atempado dos salários, uma vez que é condição crítica de vida dos

trabalhadores. Portanto, naturalmente, a ACT é implacável quando estas situações acontecem.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça) — Vamos dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo que tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não vou insistir em perguntas que já foram feitas, até porque tenho uma audição agora a começar, com o Ministro da Educação.

Queria só perguntar-lhe, relativamente à regularização da situação contributiva da Global Media, se o Grupo tinha ou teve dívidas à segurança social, tanto no passado como agora, neste período, relativas ao não pagamento dos salários, ao atraso dos salários. Pergunto se a esse incumprimento para com os trabalhadores também corresponde um incumprimento para com a segurança social ou se toda a situação contributiva da Global Media relativa aos seus trabalhadores está regularizada com a segurança social.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Devolvo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Mendes Godinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, essa informação sobre a situação dos contribuintes perante a segurança social não é uma informação pública.

Não tenho informação sobre valores, nem se existem ou não situações concretas de dívida à segurança social, sendo que essa é uma informação que a segurança social não partilha publicamente.

Portanto, essa não é uma informação pública. É esta a informação que lhe consigo prestar.

O Sr. **Presidente** (Luís Graça): — Bem, a Mesa não registou nenhum pedido de nenhum grupo parlamentar para uma segunda ronda, portanto vamos dar por terminada esta audição.

Queria agradecer muito à Sr.<sup>a</sup> Deputada e Presidente, Isabel Meireles, e também a todos os Deputados da 10.<sup>a</sup> Comissão por nos terem recebido aqui para esta audição conjunta. Queria saudar também a Sr.<sup>a</sup> Ministra Ana Mendes Godinho e o Sr. Secretário do Trabalho, Miguel Fontes, e agradecer a paciência e a colaboração de todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Isabel Meireles): — Queria secundar as palavras do Sr. Presidente Luís Graça e agradecer também à Sr.<sup>a</sup> Ministra, ao Sr. Secretário de Estado e a todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Muito obrigada a todos e, mais uma vez, bom ano.

*Eram 13 horas e 30 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.